

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2019

DENOMINAÇÃO: Centro Social e Paroquial de São Martinho de
Lordelo do Ouro

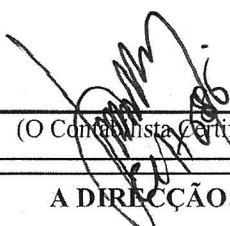
MORADA: Rua das Condominhas, 701

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Lordelo do Ouro

COD. POSTAL: 4150-224

CONCELHO: Porto



(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

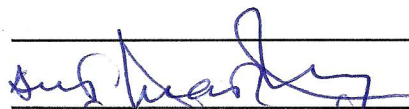
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Porto _____, _____

Porto _____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE



Luís Eduardo Oliveira P. Loureiro do Castelo Monteiro
de Oliveira

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	55 379,74	55 379,74
		55 379,74	55 379,74
Activo corrente			
Caixa e depósitos bancários	7.1	34 154,03	26 839,95
		34 154,03	26 839,95
Total do ativo		89 533,77	82 219,69
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7.2	22 327,09	22 327,09
Resultados transitados	7.2	14 811,85	9 159,44
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	7.2	43 974,63	42 749,63
		81 113,57	74 236,16
Resultado líquido do período		5 304,90	5 652,41
Total dos fundos patrimoniais		86 418,47	79 888,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	1 000,00	1 000,00
		1 000,00	1 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	7.3	295,20	147,60
Outros passivos correntes	7.4	1 820,10	1 183,52
		2 115,30	1 331,12
Total do passivo		3 115,30	2 331,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		89 533,77	82 219,69

A Direção

Contabilista Certificado

P. Domingos do Costa Monteiro
de Oliveira

[Handwritten signature]
CE 14086

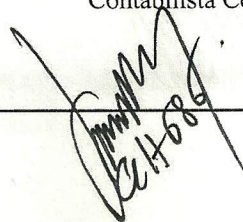
Isabel da Tarfaria
Soc. Juan Ky

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Subsídios, doações e legados à exploração	7.8	13 091,95	11 299,58
Fornecimentos e serviços externos	7.5	-7 803,09	-5 494,54
Outros rendimentos	7.7	101,39	60,83
Outros gastos	7.6	-85,35	-213,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 304,90	5 652,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 304,90	5 652,41
Resultados antes de impostos		5 304,90	5 652,41
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		5 304,90	5 652,41

A Direção

Contabilista Certificado

P. Lourenço de Costa Monteiro
de Oliveira



Luís Manuel F. Oliveira
Aut. João Ly

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Apoio à Comunidade	PERÍODOS	
			2019	2018
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00	0,00
Resultado Bruto		0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos	7.7/7.8	13 193,34	13 193,34	11 360,41
Gastos administrativos	7.5	-7 803,09	-7 803,09	-5 494,54
Outros Gastos	7.6	-85,35	-85,35	-213,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e im		5 304,90	5 304,90	5 652,41
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		5 304,90	5 304,90	5 652,41
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		5 304,90	5 304,90	5 652,41

A Direção

Contabilista Certificado

*P. Lourenço de Castro Mendes
de Oliveira*

[Handwritten signature]
17/08/19

*Atencao de T. T. T. T. T.
Aut. Mas*

Centro Social Paroquial de S.Martinho Lordelo do Ouro
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamentos a fornecedores		-6 486,07	-3 727,61
Caixa gerada pelas operações		-6 486,07	-3 746,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		9 285,96	-2 343,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2 799,89	-6 089,55
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		101,39	60,83
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		101,39	60,83
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		4 412,80	12 516,48
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		4 412,80	12 516,48
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		7 314,08	6 487,76
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		26 839,95	20 352,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.1	34 154,03	26 839,95

A Direção

Contabilista Certificado

*P. Domingos de Costa Monteiro
de Lisboa*

[Handwritten signature]
2019

*Luís Augusto de Oliveira
Sub. Pres. [Signature]*

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE
SÃO MARTINHO DE LORDELO DO
OURO**

Anexo às Demonstrações Financeiras

2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	8
5	Financiamentos Obtidos	8
6	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	8
7	Outras Informações	9
7.1	Caixa e Depósitos Bancários	9
7.2	Fundos Patrimoniais	9
7.3	Fornecedores	9
7.4	Outros Passivos Correntes	9
7.5	Fornecimentos e Serviços Externos	10
7.6	Outros Gastos	10
7.7	Outros Rendimentos	10
7.8	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	10
7.9	Acontecimentos após data de Balanço.....	11

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de São Martinho de Lordelo do Ouro é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 154, III Série de 6 de Julho de 2002, com sede na Rua das Condominhas, 701-Porto.

Tem como objectivo contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.3 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.4 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.6 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a

preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.7 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.8 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.10 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.11 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Investimentos em Curso	55 379,74				55 379,74
Ativo Tangível Bruto	55 379,74	0,00	0,00	0,00	55 379,74
Depreciações Acumuladas	0,00				0,00
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Tangível Líquido	55 379,74	0,00	0,00	0,00	55 379,74

5 Financiamentos Obtidos

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se:

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Beneméritos		1 000,00	1 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00
Total	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00

O reembolso da dívida da Entidade, referente ao empréstimo obtido, detalham-se como segue:

6 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

7 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

7.1 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1 513,24	182,02
Depósitos à Ordem	2 640,79	1 657,93
Outros Depósitos Bancários	30 000,00	25 000,00
Total	34 154,03	26 839,95

7.2 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	22 327,09			22 327,09
Resultados Transitados	9 159,44	5 652,41		14 811,85
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	42 749,63	1 225,00		43 974,63
Total	74 236,16	6 877,41	0,00	81 113,57

7.3 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Passivo		
Fornecedores	295,20	147,60
Total	295,20	147,60

7.4 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros Devedores e Credores	0,00	1 820,10	0,00	1 183,52
Total	0,00	1 820,10	0,00	1 183,52

7.5 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços Especializados	885,60	885,60
Materiais	123,00	147,60
Serviços Diversos	6 794,49	4 461,34
Total	7 803,09	5 494,54

7.6 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos e Taxas	25,35	15,21
Quotizações	60,00	60,00
Multas Fiscais	0,00	138,25
Total	85,35	213,46

7.7 Outros Rendimentos

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Descrição	2019	2018
Outros Rendimentos e Ganhos		
Juros	101,39	60,83
Total	101,39	60,83

7.8 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu nos períodos de 2019 e 2018 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Consignação IRS	9 311,31	7 809,68
Colónias	3 187,80	2 246,80
Particulares	592,84	1 243,10
Total	13 091,95	11 299,58

7.9 Acontecimentos após data de Balanço

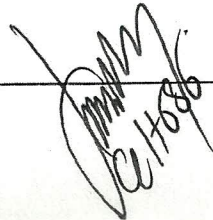
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado

A Direcção



P. Somerey de Jesus
Presidente da Direcção

Christina de Távila
Ass. Legal